

Histórico

Os caminhos dos campos de São Pedro de Itararé já eram conhecidos dos tropeiros e condutores de gado, desde 1693, e era aí o ponto obrigatório de trânsito e pouso, daqueles que se dirigiam para alcançar São Pedro do Rio Grande do Sul ou aqueles que procuravam a feira anual de animais que se realizava em Sorocaba. Os campos foram também cortados no bandeirantismo e constituíam passagens para os predadores dos índios guaianazes.

A primeira sesmária concedida nos Campos de São Pedro, foi a Luiz Pedroso de Barros, em 1725, coube a esse sesmeiro a segunda sesmária, também no mesmo ano. À D.^a Maria de Almeida Leite foi cedida em 1788, a terceira sesmária. Estas, reunidas, constituíram a fazenda São Pedro que, por herança e venda, passou a outros proprietários, entre eles Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar e sua mulher, D.^a Domitila de Castro Canto e Melo Aguiar - Marquesa de Santos.

Paralelamente a aquisição de Tobias de Aguiar, iniciava José Frutuoso Pimentel, mineiro de freguesia de Sant'Ana do Sapucaí (atual Silvianópolis - MG), acompanhado de mulher e filhos, entrou nos sertões do Rio Verde, ao norte das sesmarias. Próximo à confluência do Rio Verde, a família Pimentel assentou sua fazenda e, auxiliado pelo Cel. João da Silva Machado, Barão de Antonina, foi a primeira a plantar café na região. Iniciou-se assim o povoamento dos Campos de São Pedro de Itararé.

Em 1820, foi constatado por Saint Hilaire, naturalista Francês, a existência de um pequeno povoado, chamado Itararé, à margem esquerda do córrego da Prata e a direita da estrada que naquele tempo seguia rumo as regiões do Sul - Vila de Curitiba. A aldeia de Itararé tinha o mesmo nome do rio que passa em sua vizinhança o Rio Itararé, que segundo Ruiz de Montoya, é topônimo de origem tupi, que significa “pedra que o rio escavou” (de fato o Rio Itararé se apresenta com seu leito subterrâneo escavado pelas águas do rio, tendo seu curso, vorazes sumidouros).

A formação histórica de Itararé data de 1879, com a primeira doação da terras para a construção da capela, quando ainda era apenas um povoado.

A construção da capela de Nossa Senhora da Conceição, na colina em cuja vertente estava o povoado, foi iniciada pelos fundadores de Itararé, Major João de Almeida Queiroz e Cônego Sizenado, vigário de Itapeva da Faxina, de comum acordo entre os habitantes do lugar, em maio de 1880. Em janeiro seguinte foi rezada a primeira missa da capela, que logo foi elevada a curato. Foi traçado o primeiro arruamento e, aos poucos, foram construídas as primeiras casas na colina.

Distrito criado com a denominação de Nossa Senhora da Conceição do Itararé por Lei Provincial nº 36, de 10 de março de 1885.

Gentílico: Itaparense

Formação Administrativa

Freguesia criada com a denominação de São Pedro do Itararé, pela lei provincial nº 36, de 10-03-1885, subordinado ao município de Pederneiras.

Elevado à categoria de vila com a denominação de São Pedro do Itararé, pela lei estadual nº 197, de 28-08-1893, desmembrado do município de Faxina. Constituído do distrito sede. Instalado em 30-11-1893.

Elevado à condição cidade e sede municipal com a denominação São Pedro do Itararé, pela lei municipal de 07-09--1901.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído do distrito sede.

Pela lei estadual nº 1887, de 08-12-1922, o município simplificou sua denominação para Itararé.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, município de Itararé (ex-São Pedro do Itararé), é constituído do distrito sede.

Em divisão o município permanece constituído do distrito sede.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1983.

Pela lei estadual nº 4954, de 27-12-1985, foram criados os distritos de Pedra Branca do Itararé e Santa Cruz dos Lopes e anexado ao município de Itararé.

Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído de 3 distritos: Itararé, Pedra Branca de Itararé e Santa Cruz dos Lopes.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009..

Alteração toponímica municipal

São Pedro do Itararé para Itararé, alteado pela lei estadual nº 1887, de 08 de dezembro de 1922.